



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

6

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

6

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

6

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 6 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-287-6
DOI 10.22533/at.ed.876201308

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do cenário em que se encontra a educação brasileira, é comum a resistência à escolha da docência enquanto profissão. Os baixos salários oferecidos, as péssimas condições de trabalho, a falta de materiais diversos, o desestímulo dos estudantes e a falta de apoio familiar são alguns dos motivos que inibem a escolha por essa profissão. Os reflexos dessa realidade são percebidos cotidianamente no interior dos cursos de licenciatura e nas diversas escolas brasileiras.

Para além do que apontamos, a formação inicial de professores vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, inúmeras críticas acerca das limitações que algumas licenciaturas têm para a constituição de professores. A forma como muitos cursos se organizam curricularmente impossibilita experiências de formação que aproximem o futuro professor do “chão da sala de aula”. Somada a essas limitações está o descuido com a formação de professores reflexivos e pesquisadores.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a formação de professores, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são experienciadas no interior da escola e da universidade, nesse movimento de formação do professor pesquisador.

É nesse sentido, que o volume 6 do livro **Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado** nasceu, como forma de permitir que as diferentes experiências do [futuro] professor sejam apresentadas e constituam-se enquanto canal de formação para professores da Educação Básica e outros sujeitos. Reunimos aqui trabalhos de pesquisa e relatos de experiências de diferentes práticas que surgiram no interior da universidade e escola, por estudantes e professores de diferentes instituições do país.

Esperamos que esta obra, da forma como a organizamos, desperte nos leitores provocações, inquietações, reflexões e o (re)pensar da própria prática docente, para quem já é docente, e das trajetórias de suas formações iniciais para quem encontra-se matriculado em algum curso de licenciatura. Que, após esta leitura, possamos olhar para a sala de aula com outros olhos, contribuindo de forma mais significativa com todo o processo educativo. Desejamos, portanto, uma ótima leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PROFISSÃO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE: DIÁLOGOS ENTRE TRABALHO E SUBJETIVIDADE	
Mariana Esteves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8762013081	
CAPÍTULO 2	16
TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO OFICIAL SOBRE A VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO E OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE	
Katia Correia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8762013082	
CAPÍTULO 3	29
A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A BNCC: DESAFIOS AO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	
Saulo José Veloso de Andrade	
Patrícia Cristina de Aragão	
Maria Leonilde da Silva	
Rosilene Candido da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8762013083	
CAPÍTULO 4	41
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA: O QUE DIZ A PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Aline Belle Legramandi	
Manuel Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.8762013084	
CAPÍTULO 5	48
AS CONCEPÇÕES DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Tayná Moscoso de Sousa	
Letícia Raquel Amaro dos Santos	
Jorge Raimundo da Trindade Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8762013085	
CAPÍTULO 6	54
NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTADO DO CONHECIMENTO	
Samara Moura Barreto de Abreu	
Sarlene Gomes de Souza	
Silvia Maria Nóbrega-Therrien	
Vanessa de Carvalho Forte	
Wilson Nóbrega Sabóia	
Carolina Nóbrega Sabóia Luz	
DOI 10.22533/at.ed.8762013086	
CAPÍTULO 7	61
ESTUDO SOBRE METODOLOGIAS ATIVAS EM CURSO PRESENCIAL DE PEDAGOGIA	
Margarete Bertolo Boccia	
DOI 10.22533/at.ed.8762013087	

CAPÍTULO 8 69

O ADOECIMENTO COMO SINTOMA: UM ESTUDO REFLEXIVO ACERCA DO MAL-ESTAR DOCENTE

Gustavo César Fernandes Santana

Isadora Nunes Pires

Paula Ferreira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.8762013088

CAPÍTULO 9 79

O PIBID PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DE PROFESSORES: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DOS DIÁRIOS DE CAMPO

Thais de Sá Gomes Novaes

Carolinne da Silva Cabral

Gabriella Maria dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.8762013089

CAPÍTULO 10 91

LEVANTAMENTO DE DÚVIDAS SOBRE ASPECTOS FONOAUDIOLÓGICOS E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Marília Piazzzi Seno

Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.87620130810

CAPÍTULO 11 100

LEARN? WHO WILL TEACH THE NEXT GENERATION? THE TEACHER, MAYBE

Nelson Tavares Matias

Messias Borges Silva

Ninad Pradhan

Rupy Sawhney

Natalha Gabrieli Moreira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.87620130811

CAPÍTULO 12 126

ESTADO DA QUESTÃO SOBRE LEITURA, SEMIFORMAÇÃO E PIBID

Daniele Cariolano da Silva

Jacques Therrien

Maria Marina Dias Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.87620130812

CAPÍTULO 13 150

A ARTE CONTRIBUINDO PARA SAÚDE E BEM ESTAR DO EDUCADOR

Juliâna Venzon

DOI 10.22533/at.ed.87620130813

CAPÍTULO 14 156

ESTÁGIO, PIBID E PRP NA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA

Filipe Gutierre Carvalho de Lima Bessa

Antônia Nádia Brito dos Santos

Mônica Dias Soares

João Victor Dias da Silva

Fátima Beatriz Mesquita Damasceno

DOI 10.22533/at.ed.87620130814

CAPÍTULO 15	164
CURRÍCULO E PROCESSOS EDUCATIVOS DA EJA: A IMPORTÂNCIA DE PENSAR A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS ESPECIFICIDADES	
Perla Cristiane Envy	
Khaled Omar Mohamad El Tassa	
DOI 10.22533/at.ed.87620130815	
SOBRE O ORGANIZADOR	173
ÍNDICE REMISSIVO	174

A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A BNCC: DESAFIOS AO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 05/05/2020

Saulo José Veloso de Andrade

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós Graduação em educação
João Pessoa-PB

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8993208002703029>

Patrícia Cristina de Aragão

Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós Graduação em Formação de Professores
Campina Grande – PB

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6734404565435352>

Maria Leonilde da Silva

Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós Graduação em Formação de Professores
Campina Grande – PB

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3420842647747235>

Rosilene Candido da Silva Lima

Prefeitura Municipal de Juripiranga, Secretaria Municipal de Educação
Juripiranga – PB

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4420107074902044>

RESUMO: A implementação da Base Nacional Comum curricular no contexto da educação brasileira, requisita mudanças na prática e metodologia docente, o documento em tela,

enquanto política educacional no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental, prima por um debate de como os processos de ensino e aprendizagem precisam ser problematizados a partir do trabalho docente. O objetivo deste artigo e refletir sobre o trabalho docente nos anos iniciais tendo como eixo balizador a Base Nacional Curricular e suas propostas para esta modalidade de ensino. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico em que tomamos por referência o marco legal proposto no documento, a BNCC, para refletir sobre os desafios na educação básica, em específico a educação de crianças no âmbito da escola pública. Os resultados nos apontam que no que se refere a BNCC, há uma necessidade de pensar a formação continuada e propiciar arcabouço teórico e metodológico ao docente para a prática proposta pelo documento no contexto da sala de aula do ensino fundamental. **PALAVRAS-CHAVE:** BNCC. Desafios. Ensino Fundamental. Trabalho Docente.

SCHOOL EDUCATION AND BNCC:
CHALLENGES TO TEACHING WORK IN THE
CONTEMPORARY CONTEXT

ABSTRACT: The implementation of the Common National Base curriculum in the

context of Brazilian education, requires changes in teaching practice and methodology, the document on screen, as an educational policy in the context of the early years of elementary school, excels in a debate on how teaching processes and learning need to be problematized from the teaching work. The purpose of this article is to reflect on the teaching work in the early years, with the National Curricular Base and its proposals for this type of teaching as a guiding axis. This is a bibliographic research in which we take as reference the legal framework proposed in the document, the BNCC, to reflect on the challenges in basic education, specifically the education of children in the context of public schools. The results show us that with regard to BNCC, there is a need to think about continuing education and provide theoretical and methodological framework to the teacher for the practice proposed by the document in the context of the elementary school classroom.

KEYWORDS: BNCC. Challenges. Elementary School. Teaching Work.

INTRODUÇÃO

O trabalho docente se configura como um importante lastro na educação, a figura do/a professor/a no espaço escolar é primordial para que os processos de ensino e aprendizagem possam fluir. Deste modo, chamar atenção ao papel deste profissional no contexto contemporâneo é de primaz importância no sentido político, social, cultural e educacional que ele depreende na educação brasileira.

Em meio a tantos desafios que são postos à docência, sobretudo, nestes últimos anos, com transições governamentais no contexto do estado brasileiro, cabe pensar o significado deste sujeito histórico e social, o docente, nos territórios educacionais, sobretudo, na formação humana, social e cultural de educandos/as.

Se educar é uma ação social, o docente desenvolve este papel, requer portanto, que no âmbito das ações governamentais, do poder público estadual e federal, sejam visibilizadas práticas de valorização do trabalho docente. Sinalizando para o espaço societário, sobre o significado do docente na vida da escola, mas, sobretudo, para além disso, na educação brasileira.

Neste sentido, pensando a educação escolar, o trabalho docente, as políticas educacionais a exemplo da BNCC- Base Nacional Comum Curricular para os anos iniciais, cabe tecer discussões relativas neste entremeio as questões raciais, sobretudo, chamando atenção neste texto ao lugar do povo negro no ensino fundamental I e o trabalho docente frente os desafios, dilemas e proposições lançadas pela base nacional.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o trabalho docente nos anos iniciais tendo como eixo balizador a Base Nacional Curricular e suas propostas para esta modalidade de ensino. Como objetivos específicos temos como proposição: discutir a temática negra no contexto do trabalho docente e articular tal discussão a Base Nacional comum curricular; discutir como no trabalho docente a temática concernente ao povo negro e sua cultura

devem ser discutidos na escola.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico em que tomamos por referência o marco legal proposto no documento, a BNCC, para refletir sobre os desafios na educação básica, em específico a educação de crianças no âmbito da escola pública.

Partimos de leituras relativas às questões que são pontuais em nosso debate, tais como trabalho docente e relações raciais na escola e a partir destas discussões, levantamos nosso itinerário no texto, tendo como eixo problematizador, pensar: de que modo o trabalho docente é fundamental nas discussões sobre a educação na perspectiva das relações raciais, com foco no povo negro na escola?

O debate empreendido neste artigo tem, portanto, sua base de sustentação no trabalho docente, na questão negra na educação e articulada a estas proposituras pensa a BNCC e suas propostas. O texto organiza-se a partir de uma sessão, cuja proposta é discutir o trabalho docente na sala de aula, bem como, trazer à tona as discussões relativas a questão racial e a Base Nacional Comum Curricular.

TRABALHO DOCENTE E A SALA DE AULA: ENFRENTAMENTOS E DESAFIOS: A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E A BNCC

No contexto educacional são muitos aspectos para se considerar, quando relacionamos saber e trabalho docente e a relação com os educandos, pois, são ações que se desenvolvem, vivências e experiências que interligam sujeitos e vidas através de múltiplas trajetórias.

As experiências adquiridas ao longo do trabalho que um docente desenvolve na escola, são fundamentais não apenas para sua profissionalidade, mas, sobretudo, para que este profissional da educação possa perceber o meio social em que atua os sujeitos educandos e suas relações sociais, culturais, familiares e com a comunidade em que se situam.

Quando nos reportamos a pensar o trabalho docente no espaço escolarizado, também referenciamos o construto indenitário destes sujeito social, pois a docência também é uma construção social e como tal, requer uma construção identitária.

Como vive em relação com as pessoas e o lugar, a identidade de docente é, portanto, elaborada no trajeto da profissão a partir destas relações. Concordamos com Scoz (2011) quando enfatiza em suas reflexões que:

Os professores são indivíduos com subjetividades e identidades pessoais e profissionais. São enfim, sujeitos eu vão produzindo sentidos em seus processos de aprender e de ensinar, nos quais se integram suas condições sociais e afetivas, seus pensamentos e suas emoções[...] Os estudos e investigações do modo como os professores aprendem podem ser enriquecidos se os processos de aprendizagem e de ensino forem considerados, não da maneira mais frequente, como algo que está fora do professor, mas como um momento constitutivo (SCOZ, 2011, p.48-49).

Além dos aspectos que concernem a identidade docente, outro é apontado por Tardiff (2018) como fundamental, a experiência adquirida, ou seja, o saber da experiência que na prática e trabalho docente passa a ser adquirido. Para este autor

Os saberes experienciais estão enraizados no seguinte fato mais amplo; o ensino se desenvolve num contexto de múltiplas interações que representam condicionantes diversos para atuação do professor [...]. Com o docente é diferente. No exercício cotidiano de sua função, os condicionantes aparecem relacionados a situações concretas que não são passíveis de definições acabadas e que exigem improvisações e habilidade pessoal, bem como, a capacidade de enfrentar situações mais ou menos transitórias e variáveis. O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é concretamente numa rede de interações com outras pessoas (TARDIFF, 2018, p. 49-50).

Podemos perceber que, ao longo da formação continuada, no âmbito da sala de aula e na aprendizagem dos conhecimentos escolares, o docente vai formando sua trajetória educacional, a partir de saberes experienciais, a experiência da docência, no cotidiano da sala de aula, em contato com os educandos e demais sujeitos da escola, enfrentando desafios, dilemas e através de conquistas é que a docência vai se formatando.

Nessa perspectiva, ao pensarmos o lugar da docência e do trabalho docente no âmbito da educação básica, temos que considerar inicialmente, como é construída a identidade docente, mediante subjetividades, modos de vida e concepção de ensino e educação, pois estes se interligam nos processos educativos escolares.

Visto deste modo, e com base nas colocações levantadas por Scoz, torna-se mister dizer que a docência é um percurso da vida de um profissional, que incide tempo, espaço, subjetividades modos de viver e de se estabelecer no mundo como sujeito social e da educação. Ibernnon (2016), ao se remeter sobre o trabalho docente relaciona a sua formação na escola e na sala de aula, como permanente, ou seja, remete que:

O professor tem de estudar sempre. Por isso, a formação permanente, que historicamente dependia da livre vontade do professor (e podemos dizer que, no final do século XX, supunha a proposta tanto de direção da escola como de outras instâncias ou dos próprios professores), havia assumido uma função essencial para a melhoria da profissão, uma vez que era necessária a aquisição de novas competências profissionais, inexistentes no início do século XX (IBERNON, 2016, p.49-50).

O trabalho docente vistos por estas lentes alcança outros patamares, pois, nele são considerados relações sociais e educacionais importantes, para a conformação destas relações e que na escola vai ganhar todo sentido. Demo ao retratar sobre o papel do educador enfatiza que:

O professor do futuro terá de se repensar não como exercício eventual recomendável, mas como critério Máximo de qualidade profissional. Como educador que é, terá que demonstrar todos os dias que sabe se reeducar. (DEMO, 2004, p.83).

Ou seja, educar é um processo contínuo de si, dentro do educador, para o outro, o educando, e do educando para si mesmo, são aprendizagens que dialogam entre si, mesmo mediante o conflito de ideias e posicionamentos, visões de mundo e identidades

plurais.

Freire (2003, p.13), a este respeito, apresenta um importante posicionamento, que nos referencia para pensar os múltiplos papéis do docente, seu trabalho e importância social. É no cotidiano, que a docência vai se fazendo, pois as experiências humanas, conforme diz o autor, são únicas em sala de aula.

Tomando a experiência de educar como singular e em contexto plurais e de sujeitos diversos é que se torna fundamental, pensar aspectos que fazem parte do universo docente, como a diversidade cultural e étnico-racial e como as políticas educacionais se colocam diante de tal realidade.

Trazer para discussão do trabalho docente, reflexões em torno da diversidade étnico-racial na escola e o trabalho docente, incide em pensar sobre as políticas educacionais e a maneira como elas trazem implicações para os processos educativos escolares, o trabalho docente e a vivência na escola.

Entre as políticas educacionais que neste texto chamaremos atenção estão a lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão educacional dos saberes africanos e afro-brasileiros na educação escolar e o a Base Nacional Curricular e como nela são elencadas discussões a respeito deste povo, sua história e cultura, para os anos iniciais do fundamental.

As políticas afirmativas que vieram delinear a importância da história e cultura africana e afro-brasileira, como forma reparadora de toda produção, legado, papel fundamental na formação humana, cultural, social, econômica e política do povo negro, ao serem incluídas no espaço escolar, trouxeram à baila as discussões que visam empreender uma ação educativa, que no trabalho docente, seja alçada na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais, uma educação que promove na escola, sala de aula, formação docente, trabalho docente e currículo escolar, a proposta da equidade histórica e educacional, em torno dos saberes do povo negro.

Mediante processos educativos excludente da história e cultura do povo negro, a histórica luta do movimento negro para inclusão de políticas educativas que viessem afirmar a cultura deste povo, moveu não apenas ações mas abriu leque de discussões sobre a temática racial negra na escola, e deste modo, trouxe novas configurações para pensar o lugar social deste segmento étnico no trabalho docente.

A aplicabilidade da lei 10.639/2003, e todas as demais políticas educacionais que posterior a mesma vieram concretizar o horizonte de luta do povo negro, tais como as diretrizes curriculares para educação étnico-racial, as orientações curriculares, o plano nacional de igualdade racial, permitiram levantar a partir da formação e do trabalho docente na sala de aula, questões primordiais para compreensão da trajetória deste povo e também a inclusão de seus saberes e fazeres junto aos educandos.

As políticas públicas afirmativas como a lei 10.639/2003, que no ano de 2019 fez exatos 16 anos de sua implementação, traz para o campo educacional e propõe na

educação básica, a obrigatoriedade, do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, consiste, pois, num marco no processo de reconhecimento destas culturas e suas histórias.

Estas são conquistas cujo trajeto histórico, inicia antes e no pós-abolição e que encontrou efeito nas ações do movimento social negro, mas que a luta continua frente a resistência, ainda existente com relação a aplicabilidade da lei do ponto de vista de discussão de conteúdos e relativos a temática negra no currículo escolar, ou seja, a luta histórica pela implementação advoga agora uma ação por parte do docente, de não apenas reconhecer a existência da legislação mas empreender de maneira transversal o debate sobre estas culturas.

Contudo, a implementação da lei 10.639/2003 a partir da luta do movimento negro não significou que toda a rede de ensino estivesse afinada com as proposituras da lei, produziu-se material didático, foram feitas formações docentes, entretanto, ainda se requer pensar e desenvolver no trabalho docente, práticas educativas que venham incluir este segmento étnico, histórico e social. De acordo com as orientações curriculares para educação das relações étnico-raciais,

Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro tem possibilitado ao Estado brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro. Entre os resultados, a Lei nº 9.394/96 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e culturas afro-brasileiras e africanas na Educação Básica e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Tendo em vista os desdobramentos na educação brasileira, observam-se os esforços de várias frentes do Movimento Negro, em especial os de Mulheres Negras, e o empenho dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos correlatos criados em universidades, que buscam a estruturação de uma política nacional de educação calcada em práticas antidiscriminatórias e antiracistas (ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS, 2006, p. 64)

Seguindo as proposições do marco legal, como as orientações, o mesmo chama atenção para se discutir com crianças as questões raciais na perspectiva do povo negro, possibilita o trato com a equidade, alteridade, solidariedade e reconhecimento das diferenças étnico-raciais como riquezas humanas, ser negro não desqualifica, mas é um jeito do sujeito se apresentar ao mundo e esta diferença demanda muitos aprendizados, quando reconhecida na sala de aula entre os educandos, a partir do trabalho que o docente desenvolve, com a temática em discussão.

Compreender como a cultura afro-brasileira é representada na escola a partir das visões elaboradas por docentes e educandos a partir da relação entre estes e as práticas culturais afro-brasileiras no ensino fundamental I é significativa para promover nesta modalidade de ensino a articulação das crianças com a questão em torno da diversidade étnico-racial.

Discutir sobre a cultura afro-brasileira no espaço escolarizado, sobretudo, com

crianças permite trabalhar com a afirmação deste segmento étnico, que por tão longo tempo da história educacional brasileira, não teve sua história e culturas afirmadas, problematizadas, discutidas de forma a reconhecer e valorizar, na sala de aula.

Na construção da visão dos educandos sobre lugar social e histórico de do povo negro, o trabalho docente é fundante, pois ao abordar esta temática no cotidiano da sala de aula, e trazer a importância da ancestralidade africana e dos saberes afro-brasileiras, a partir de várias manifestações culturais deste povo, permite que outras percepções e concepções, bem como ideias relativas ao povo negro, bem como, discriminações e racismo sejam trabalhados dando lugar a equidade histórica e social, pois;

O debate contemporâneo da gestão da diversidade e da diferença cultural tem sido a pauta contemporânea em dimensões locais e internacionais e as políticas educacionais tem-se constituído como espaço fecundo de compreensão do estágio em que esses debates são realizados e os desafios impostos ao campo. As legislações que tratam do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena aprovadas, respectivamente em 2003 e 20082, após tramitações e negociações, acolhem a antigas reivindicações dos movimentos sociais negros e indígena para a educação brasileira. Tal contexto propiciou um percurso no qual o questionamento sobre o lugar foi dado às questões étnicas e raciais na sociedade brasileira adquiriram contornos significativos. De fato, o que se observa é que tal debate ao levar o olhar para a formação educacional brasileira permite verificar que está sempre fora racialmente estruturada. Ou seja, há um processo histórico no qual as políticas e práticas empreendidas na educação brasileira sempre foram racionalizadas, de um modo que acessar a escola era ao mesmo tempo ser levado a um percurso com objetivo de embranquecimento (CRUZ, 2017, p. 2)

A partir das colocações de Cruz (2017), podemos verificar como é necessário o debate escolar sobre as questões raciais, pois ainda tem pensamentos, posturas e práticas racistas e ao trazer à tona das discussões, com base na atuação e trabalho docente, podem-se promover ações anti-racistas na escola. Pois;

O histórico das legislações a respeito da incorporação do ensino da temática étnico-racial mostra um processo gradativo na construção da ascensão de uma educação voltada a relações raciais constituídas sobre outras perspectivas. Sendo a educação uma viga de resistência contínua para os movimentos sociais, em especial o negro, estes se ocuparam de anunciar o silenciamento sobre a questão racial nas escolas. Tal silenciamento contraditoriamente recai em uma escolha de ocultar um tema que atravessa as relações sociais brasileiras e se verte nas escolas. A falha no enfrentamento dessa questão se reflete intensamente, nas atitudes discriminatórias, nos casos em que a questão racial desponta nas salas de aula (CRUZ, 2017, p. 147).

Desconstruir visões homogêneas, discriminatórias sobre a cultura do povo negro a partir do trabalho com criança é fundamental, pois apresenta aos educando novos olhares sobre a África, por exemplo, e a cultura negra no Brasil.

Neste sentido, é que chamamos atenção ao que propõe a Base Nacional curricular, para a área de história para que seja incluso no cotidiano da sala de aula o debate com crianças dos anos iniciais. De acordo com a proposta curricular da Paraíba (2018), para o 5º. ano do ensino fundamental, é importante para o objetivo da aprendizagem que apresenta as seguintes proposições;

Identificar as diversas matrizes que se encontram relacionadas com a formação do povo brasileiro; perceber as culturas em seus espaços; reconhecer o outro na formação dos povos antigos; reconhecer os direitos dos povos como conquistas históricas (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DA PARAÍBA, 2018, p. 354).

Percebemos a partir do que rege o marco legal supramencionado, que não há uma menção específica ao povo negro, discute de forma ampla a inserção dos povos formadores, mas não chama a atenção as especificidades étnicas, o que é fundamental esta focalização, tendo em vista da luta histórica para inclusão no currículo e propostas pedagógicas para a educação da temática negra, bem como a ausência histórica construiu fronteiras educativas que precisam ser removidas e como a BNCC é um documento sinalizados de práticas educativas na contextura do trabalho docente, torna-se primordial discutir tais aspectos.

Na realidade as dificuldades advindas de sua introdução na escola, não perpassam apenas pela formação, pelo currículo, pelo material didático-pedagógico necessários de serem integrados à escola, perpassa também por uma questão de atitude, de mentalidade, comportamento diante do outro, na maneira como as pessoas trabalham ou não suas atitudes preconceituosas e racistas, daí porque ainda existir resistência na aplicação de tal temática.

Averiguar nas práticas pedagógicas que envolvem as disciplinas de história e arte, se os saberes culturais afrobrasileiros são visibilizados ou invisibilizados e que fatores contribuem no sentido de levar professores/as a inserirem ou não inserirem, os conteúdos da cultura afro-brasileira no contexto da sala de aula.

Torna-se importante que no cotidiano da escola e mais precisamente da sala de aula, seja desenvolvido um trabalho sistemático ao longo do ano letivo, ou seja, um trabalho contínuo a partir da prática docente, da ação de gestores e de todo corpo da escola, no sentido do exercício de uma prática pedagógica, inclusiva e equânime, com relação aos saberes culturais afro-brasileiros entre as crianças do ensino fundamental I.

Isto porque o trato desta perspectiva na escola não se verifica apenas incluir o conteúdo mas também oportunizar a discussão de valorização de crianças negras, frente o preconceito com relação ao corpo, cabelo crespo, tal valorização cultural e ação de alteridade educativa aponta para a convivência e o bem-viver juntos com as diferenças.

A partir da implementação da cultura e história afro-brasileira e do continente africano na sala de aula e da culminância no currículo escolar e na formação docente o debate da cultura do povo negro, novos olhares pontuam a conformação dos processos educativos escolares, pois, mediante o silenciamento histórico com relação a este povo na educação brasileiras

Presente no currículo mas ausente na sua afirmação social e histórica, o povo negro precisa ser melhor problematizado no ambiente escolar a partir de suas práticas culturais e sociais. Observou-se mudanças na formação docente e nas práticas educativas escolares,

pois a inclusão do conteúdo concernente a estes povos, já está presente em projetos e práticas de alguns docentes na escola pública paraibana, mas ainda há muito a fazer, no que se refere a tornar possível o conhecimento acerca desta cultura tanto tempo negada.

A partir de nossas reflexões, a proposta deste estudo se encaminha no sentido de procurar compreender como na educação básica o trabalho docente com crianças, permite que estas venham a perceber esta cultura, a partir do olhar centrado nos saberes locais afro-brasileiros, nas manifestações artísticas e culturais desenvolvidos por este povo, mas sobretudo, que tais saberes façam parte da vivência da criança na escola.

Articulada as estas proposições é importante que os educandos referenciem a cultura negra no âmbito de seus conhecimentos escolares e esta referência será possível através da ação docente. Trabalhar na escola com conteúdo que configurem a cultura afro-brasileira tais como: a arte do cinema e da música e a cultura literária afro-brasileira, no sentido de propiciar o aprendizado das práticas culturais afrobrasileiras.

Percebemos, contudo que são poucas as escolas que trazem no seu projeto político pedagógico uma proposta de trabalhar transversalmente pelo ano letivo a temática afro-brasileira em suas expressões culturais, e estas muitas vezes se tornam desconhecidas pelo educandos, acreditando que o trabalho docente, a gestão, pais, educandos e a comunidade escolar como um todo, ao participar de ações educativas sobre a temática, poderão minimizar práticas racistas ainda existentes na escola.

Percebemos que ainda existe resistência em termos de abrir um leque de reflexões sobre estes aspectos, quer seja no campo da cultura ou religião afro-brasileiras, daí que tem toda importância o trabalho docente, nestes sentido, pois, as desigualdades raciais ainda permeiam o ambiente escolar, no contexto das relações sociais e nas práticas culturais na escola, o racismo ainda é um fenômeno social muito presente, quer seja através de gestos, ações, atitudes, existem modos e formas onde o racismo e o preconceito se tornam presentes.

Na escola, os saberes e produções culturais afro-brasileiro, foram constituídos no cotidiano da história, através de valores adquiridos na tradição oral, a oralidade foi fundamental na formatação da compreensão educacional sobre o povo negro, que em diferentes temporalidades estes povos desenvolveram conhecimentos e estes foram perpassados através do tempo à diferentes gerações que foram os ressignificando.

A herança cultural do povo negro, representa este povo, mostrando a sua importância na construção da identidade cultural, social, histórica, além da subjetividades dos afro-brasileiros. Tal discussão na escola, envolve entre outras questões a postura que o docente, assume no seu trabalho com relação a este povo.

Pensar no cotidiano da sala de aula, a inclusão do povo negro, requer do docente uma postura ética em relação aos conteúdos e todo repertório relativo a este segmento étnico, para isso este profissional precisa se posicionar frente as questões intervindo de maneira positiva no sentido de promover práticas educativas que tenham em vista

socializar na escola a importância que adquirem tal cultura.

Atitudes deste tipo promovem a educação para as relações etnicorraciais de maneira a propiciar que a cultura negra seja trabalhada na escola, tal inclusão, propicia aproximações sociais, culturais e históricas ao currículo escolar e o trabalho do docente é essencial para que isto aconteça.

Por se tratar de uma cultura influente na sociedade brasileira seu estudo nas escolas é de fundamental importância na constituição do conhecimento dos indivíduos que futuramente serão docentes ou não. Nos anos iniciais os educandos, devem ter um primeiro contato com a cultura afro-brasileira ou africana que aponte uma realidade conivente, porque muitas vezes o contato é a partir de uma postura depreciativa ou superficial.

Os reflexos de um passado educacional positivista e metódico, de certa forma pouco atraente para os educandos no que se refere a cultura afro-brasileira, propiciou uma postura preconceituosa e marcou vidas de crianças negras, negando sua origem étnica e as não negras não reconhecendo os valores sociais e culturais do povo negro, diante de uma representação estereotipada de negros na escola, tanto em livro didático como em comportamento docentes, repercutiu numa visão equivocada deste povo na escola.

Este tipo de prática propiciou uma ação educativa que trabalhe com a diversidade étnico-racial e as diferenças culturais no ambiente escolar entre seus educandos. Motivar no trabalho docente, a inserção dos conteúdos relativos a cultura afro-brasileira e o modo e forma pela qual ela é visualizada contribui para entender este segmento étnico a partir do espaço escolar.

Ao discutirmos sobre este segmento étnico estamos valorizando suas histórias, expressões culturais e as ancestralidades africanas na educação, uma vez que estas foram negadas. Entretanto, estes silenciamentos podem ser reparados a partir das atitudes, ações pedagógicas, discussões no currículo, na formação docente e nos materiais didáticos escolares, estimulando assim, a partir da escola, que crianças no anos iniciais, sobre a importância cultural deste etnia e o reconhecimento dos sujeitos não negros, sobre estes conhecimentos em suas aprendizagens. Afirma a identidade e reconhecer é importante na alteridade do povo negro na escola.

Assim, este trabalho se propôs a pensar que no ensino fundamental é de primaz importância empreender o debate através de ações pedagógicas, atitudes afirmativas, e inclusão no calendário do ano todo atividades que promovam a reflexão em torno da importância do povo negro.

A base nacional comum não traz especificidades, mas como documento referência, precisa ser discutido na escola entre docentes e gestão, no sentido de empreender nos projetos de intervenção escola e no próprio projeto pedagógico, subsídios sobre a temática.

Nesse caso específico, observa-se que a escola pode oferecer um ambiente propício à realização de um trabalho docente, alçado na culminância destes saberes, tornando-se indispensável para a integração e o desenvolvimento humano no tocante ao exercício

da cidadania. Em meio a essa realidade há um fazer pedagógico que silencia sobre as culturas afro-brasileira ou a elas se refere, mas se limita ao aspecto comemorativo, como se não fizessem parte do universo cultural dos educandos e docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de uma prática docente que limita os conteúdos da cultura afro-brasileira ao aspecto comemorativo do dia do folclore, foi durante tempo um continuo no calendário escolar. A escola que se quer e se vê inclusiva, precisa rever posturas e atitudes pedagógicas que possam inserir conhecimentos do povo negro, para a aprendizagem não somente histórica, mas cultural e social deste segmento social.

A inserção destes conteúdos no currículo escolar é uma oportunidade de a escola fazer a educação anti-racista, o que significa desenvolver no educando a capacidade de respeito, valorização e convivência com as expressões e manifestações da cultura afro-brasileira no cotidiano da sala de aula e na comunidade onde as escolas se encontram inseridas

A marca principal deste tipo de ação, gira em torno da discussão realizada através da proposta de uma educação para as relações étnico-raciais a partir da visualização da cultura afrobrasileira no cotidiano escolar na tentativa de compreender como está se expressa neste ambiente, a partir da prática e representação de docentes e educandos.

O trabalho com os saberes afros oportuniza refletir sobre a questão racial na escola a partir da perspectiva cultural e religiosa, que a proposta enseja. Nos conduzindo a reflexão sobre o trabalho docente, currículo, prática pedagógica, projeto político pedagógico, representação cultural a partir do sentido de diversidade, diferença e identidade quando captados nas ações com as crianças do ensino fundamental, como esta forma de elaboração acerca da cultura negra, pode possibilitar ou não sua inserção na escola.

A ação de conscientização sobre a temática negra na escola, mesmo sendo obrigatória por lei, requer principalmente, que o docente possa ser receptivo a tal proposta e venha a desenvolver atitudes pedagógicas que vão no caminho do diálogo, da inclusão, mas sobretudo, no reconhecimento. O trabalho docente enfrenta muitos desafios no cotidiano da sala de aula, mas contudo, um fazer educativo que se volta para estas questões na escola, traz no seu bojo uma proposta de trabalho com as diferenças e seus valores sociais.

Os resultados nos apontam que no que se refere a BNCC, há uma necessidade de pensar a formação continuada e propiciar arcabouço teórico e metodológico ao docente para a prática proposta pelo documento no contexto da sala de aula do ensino fundamental

REFERÊNCIAS

CRUZ, A. C. J. **O lugar da história e cultura africana e afro-brasileira nos debates contemporâneos do currículo brasileiro**. Revista Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 3, nº. 08, 2017

DEMO, Pedro. **Professor do futuro e a reconstrução do conhecimento**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004 .

FONSECA, Dagoberto J. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: cotidiano de professor**. 10.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

IBERNON, Francisco. **Qualidade do Ensino e formação do professorado: uma mudança necessária**. São Paulo: Cortez, 2016.

ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.

PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DA PARAIBA, Educação Infantil e ensino fundamental; Governo do Estado da Paraíba. João Pessoa, 2018.

SCOZ, Beatriz. **Identidade e subjetividade de professores: sentidos do aprender e ensinar**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17.ed. Petrópolis: Vozes editora, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 36, 37, 41, 56, 58, 60, 90, 99, 128, 150, 151, 152, 153

ASD 16, 17, 18, 20, 21, 25, 26

B

Bases teórico-metodológicas 126, 128

BNCC 29, 30, 31, 36, 39

C

Características 18, 19, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 98, 162

Ciências Naturais 48, 49, 50, 51, 53, 148

College education 100

Curso de Pedagogia 61, 62, 67, 80, 84, 85, 142, 166

D

Desafios 8, 16, 17, 20, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 39, 53, 59, 66, 69, 70, 83, 86, 89, 90, 98, 130, 138, 139, 142, 143, 148, 151, 154, 161, 164, 165, 167, 170, 172

Docentes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 20, 23, 24, 26, 34, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 48, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 86, 87, 90, 92, 131, 134, 138, 140, 148, 152, 158, 159, 161, 164, 165, 166, 169, 170

E

Educação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 53, 54, 59, 60, 61, 63, 68, 69, 71, 72, 74, 77, 78, 80, 82, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 155, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Educação continuada 92

Educador 32, 58, 60, 76, 91, 94, 133, 150, 151, 152, 153, 154, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 173

Engineering 100, 106, 111, 114, 116, 120, 123

Ensino Fundamental 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 82, 83, 91, 95, 96, 99, 131, 138, 158

Escala Likert 61, 66

Estado da questão 60, 126, 140, 149

Estado do conhecimento 54, 55, 56, 59

Estágio Supervisionado 48, 49, 50, 51, 52, 53, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163

F

Fonoaudiologia 91, 92, 93, 95, 99

Formação 1, 2, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 71, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Formação Continuada 9, 29, 32, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 81, 82, 91, 92, 95, 97, 98, 99, 169

Formação de professores 2, 14, 42, 48, 53, 55, 58, 59, 60, 79, 80, 81, 82, 90, 130, 131, 132, 133, 136, 149, 158, 166, 172, 173

G

Generational groups 100, 122

H

História 1, 2, 9, 12, 13, 14, 15, 25, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 43, 44, 54, 56, 72, 131, 143, 144, 165, 170, 171

M

Memória 1, 3, 14

Metodologias Ativas 61, 62, 63, 67, 68, 162

N

Narrativas Autobiográficas 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

O

Olimpíada de Língua Portuguesa 41, 42, 43, 44, 46, 47

P

Pesquisa de Opinião 61, 62, 66, 67

Pesquisa Educacional 55

Pibid 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 146, 147, 149, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 173

Política 6, 8, 9, 14, 24, 29, 33, 34, 45, 50, 79, 80, 82, 83, 134, 139, 143, 150, 151, 168

Prática docente 16, 20, 22, 36, 39, 50, 59, 83, 85, 86, 132, 135, 151, 156, 157, 158

Produção Científica 41, 131, 146

Produções acadêmicas 43, 69, 77, 126, 127, 128, 129, 130, 141

Professores 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 58, 59, 60, 65, 68, 70, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 152, 154, 158, 160, 162, 163, 166, 167, 169, 171, 172, 173

Profissão 1, 8, 9, 10, 14, 31, 32, 45, 50, 53, 57, 58, 60, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 86, 89, 94, 132, 136, 137, 141, 143, 148, 151, 152, 153, 154, 157, 161, 162, 163

Psicanálise 69, 73, 74, 77

S

Saúde 70, 71, 73, 77, 78, 91, 93, 94, 98, 99, 150, 151, 152, 154

Sofrimento 2, 3, 8, 11, 12, 69, 70, 73, 75, 76, 78, 152, 153

Students voice 100

Study in teams 100, 119

Subjetividade 1, 2, 8, 40, 151

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 57, 58, 62, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 85, 90, 91, 92, 94, 95, 98, 99, 123, 124, 126, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 164, 165, 167, 169, 170, 171

Trabalho Docente 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 22, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 49, 71, 74, 78, 90, 132, 137, 152, 153, 154, 164, 165, 167

V

Verticalização do ensino 16, 17, 19, 20, 24, 26

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

6

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

6

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020